

1.000

QUESTÕES PARA O

CNU

BLOCO 8 - INTERMEDIÁRIO - SAÚDE

SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA.....	9
→ ORTOGRAFIA - CASOS GERAIS E EMPREGO DAS LETRAS.....	9
→ ACENTUAÇÃO.....	10
→ FORMAÇÃO E ESTRUTURA DAS PALAVRAS.....	11
→ ARTIGO.....	13
→ SUBSTANTIVO.....	13
→ ADJETIVO.....	15
→ CONJUGAÇÃO. RECONHECIMENTO E EMPREGO DOS MODOS E TEMPOS VERBAIS.....	17
→ ADVÉRBIO.....	18
→ PREPOSIÇÃO.....	20
→ CONJUNÇÃO.....	22
→ COLOCAÇÃO PRONOMINAL.....	25
→ PONTUAÇÃO (PONTO, VÍRGULA, TRAVESSÃO, ASPAS, PARÊNTESES, ETC).....	25
→ REGÊNCIA NOMINAL E VERBAL (CASOS GERAIS).....	29
→ CRASE.....	31
→ CONCORDÂNCIA (VERBAL E NOMINAL).....	34
→ COERÊNCIA. COESÃO (ANÁFORA, CATÁFORA, USO DOS CONECTORES - PRONOMES RELATIVOS, CONJUNÇÕES, ETC).....	35
→ FIGURAS DE LINGUAGEM.....	38
→ INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS (COMPREENSÃO).....	40
→ GABARITO 	50
MATEMÁTICA.....	53
→ ESTATÍSTICA - MÉDIA PARA DADOS NÃO AGRUPADOS.....	53
→ MÉDIA PARA DADOS AGRUPADOS POR VALOR.....	54
→ MÉDIA PARA DADOS EM CLASSE.....	55
→ QUANTIS (MEDIANA, QUARTIL, DECIL, PERCENTIL) E INTERPOLAÇÃO LINEAR DA OGIVA.....	55
→ MODA PARA DADOS AGRUPADOS POR VALOR.....	56
→ EVENTOS E ESPAÇO AMOSTRAL.....	56
→ PROBLEMAS INTRODUTÓRIOS DE PROBABILIDADE: EVENTOS EQUIPROVÁVEIS E ABORDAGEM FREQUENTISTA.....	57
→ PROBABILIDADE CONDICIONAL.....	57

→ PROBABILIDADE DA INTERSECÇÃO	59
→ PROBABILIDADE DA UNIÃO	60
→ EVENTOS INDEPENDENTES E EVENTOS MUTUAMENTE EXCLUDENTES	61
→ PROBABILIDADE DO EVENTO COMPLEMENTAR	62
→ TEOREMA DA PROBABILIDADE TOTAL.....	62
→ TEOREMA DE BAYES.....	63
→ CÁLCULO DE PROBABILIDADES USANDO ANÁLISE COMBINATÓRIA	64
→ CÁLCULO DE PROBABILIDADE A PARTIR DE ÁREAS	65
→ MATEMÁTICA - NÚMEROS NATURAIS: INTRODUÇÃO, REPRESENTAÇÃO, PROPRIEDADES.....	65
→ ADIÇÃO, SUBTRAÇÃO, MULTIPLICAÇÃO E DIVISÃO DE NÚMEROS NATURAIS.....	66
→ DIVISIBILIDADE, NÚMEROS PRIMOS, FATORES PRIMOS, DIVISOR E MÚLTIPLO COMUM (MMC).....	66
→ NÚMEROS RACIONAIS: INTRODUÇÃO, REPRESENTAÇÃO, PROPRIEDADES	67
→ FRAÇÕES E DÍZIMAS PERIÓDICAS.....	68
→ OPERAÇÕES COM NÚMEROS DECIMAIS.....	68
→ NÚMEROS REAIS (PROPRIEDADES E OPERAÇÕES; INTERVALOS).....	69
→ PORCENTAGEM.....	70
→ REGRA DE TRÊS SIMPLES.....	71
→ REGRA DE TRÊS COMPOSTA.....	72
→ UNIDADES DE MEDIDA (DISTÂNCIA, MASSA, VOLUME, TEMPO, ETC)	73
→ JUROS SIMPLES	74
→ JUROS COMPOSTOS.....	74
→ GABARITO 	75

NOÇÕES DE DIREITO.....79

→ DIREITO ADMINISTRATIVO - CONCEITO DE ATOS ADMINISTRATIVOS.....	79
→ MÉRITO ADMINISTRATIVO.....	79
→ ELEMENTOS, REQUISITOS E PRESSUPOSTOS (ATOS ADMINISTRATIVOS).....	79
→ ATRIBUTOS OU CARACTERÍSTICAS DOS ATOS ADMINISTRATIVOS.....	80
→ ATOS ADMINISTRATIVOS: ESPÉCIES, CLASSIFICAÇÃO, FASES DE CONSTITUIÇÃO	80
→ PODER REGULAMENTAR.....	80
→ PODER HIERÁRQUICO	81
→ PODER DISCIPLINAR	82
→ PODER DE POLÍCIA.....	83
→ ABUSO DE PODER: EXCESSO DE PODER E DESVIO DE FINALIDADE (PODERES DA ADMINISTRAÇÃO)	84
→ ADMINISTRAÇÃO DIRETA (ÓRGÃOS PÚBLICOS)	85
→ DESCONCENTRAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO.....	87
→ DESCONCENTRAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO.....	87
→ CLASSIFICAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS	88
→ CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO: CONCEITOS, PRINCÍPIOS, ABRANGÊNCIA E CLASSIFICAÇÕES.....	89
→ CONTROLE ADMINISTRATIVO (DIREITO ADMINISTRATIVO).....	89
→ CONTROLE JURISDICIONAL	89

→ FORMAS DE PROVIMENTO (ARTS. 5º A 32 DA LEI Nº 8.112/1990).....	90
→ REMOÇÃO, REDISTRIBUIÇÃO E SUBSTITUIÇÃO (ARTS. 36 A 39 DA LEI Nº 8.112/1990).....	92
→ DAS VANTAGENS: INDENIZAÇÕES (ARTS. 49 A 60-E DA LEI Nº 8.112/1990).....	92
→ DO DIREITO DE PETIÇÃO (ARTS. 104 A 115 DA LEI Nº 8.112/1990)	93
→ DO REGIME DISCIPLINAR (ARTS. 116 A 142 DA LEI Nº 8.112/1990).....	93
→ DISPOSIÇÕES GERAIS, DIREITOS E DEVERES DO ADMINISTRADO (ARTS. 1º A 4º DA LEI Nº 9.784/1999).....	94
→ DISPOSIÇÕES GERAIS (ARTS. 1º A 5º DA LEI Nº 12.527/2011).....	95
→ DIREITO CONSTITUCIONAL - DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS (ART. 5º DA CF/1988)	96
→ DIREITOS SOCIAIS E DOS TRABALHADORES (ARTS. 6º E 7º DA CF/1988)	98
→ DIREITOS COLETIVOS DOS TRABALHADORES (ARTS. 8º A 11 DA CF/1988).....	98
→ ESPÉCIES DE NACIONALIDADE (BRASILEIROS NATOS E NATURALIZADOS)	99
→ DISTINÇÕES CONSTITUCIONAIS ENTRE BRASILEIROS NATOS E NATURALIZADOS.....	100
→ PERDA DA NACIONALIDADE	100
→ SOBERANIA POPULAR (VOTO, PLEBISCITO, REFERENDO, INICIATIVA POPULAR), ALISTAMENTO E ELEGIBILIDADE.....	102
→ INELEGIBILIDADES (DIREITOS POLÍTICOS).....	102
→ DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA (ARTS. 18 E 19 DA CF/1988).....	103
→ DISPOSIÇÕES GERAIS (ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - ARTS. 37 E 38 DA CF/1988).....	105
→ DOS SERVIDORES PÚBLICOS (ARTS. 39 A 41 DA CF/1988).....	106
→ DISPOSIÇÕES PRELIMINARES (ARTS. 1º AO 6º DA LEI Nº 13.709/2018 - LGPD).....	108
→ DIREITO ECONÔMICO - LEI Nº 12.529/2011 - DEFESA DA CONCORRÊNCIA E CADE	109
→ GABARITO 	109

REALIDADE BRASILEIRA..... 111

→ CIÊNCIAS SOCIAIS - CONTROLE SOCIAL.....	111
→ VIOLÊNCIA E CRIMINALIDADE	111
→ IMPACTOS DA GLOBALIZAÇÃO	112
→ GLOBALIZAÇÃO E COMUNICAÇÃO.....	112
→ CONCEITOS DE CIDADANIA.....	112
→ CONSTRUÇÃO SOCIAL DO GÊNERO E DO SEXO	113
→ FEMINILIDADES, MASCULINIDADES E RELAÇÕES DE GÊNERO	114
→ MOVIMENTO LGBTQI+	114
→ RACISMO/PRECONCEITO/DISCRIMINAÇÃO.....	115
→ QUILOMBOLAS	116
→ INDÍGENAS.....	117
→ DESIGUALDADE SOCIAL	117
→ DIREITO AMBIENTAL - ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE.....	118
→ DIREITO CONSTITUCIONAL - DA FAMÍLIA, DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE E DO IDOSO (ARTS. 226 A 230 DA CF/1988).....	121
→ DOS ÍNDIOS (ARTS. 231 E 232 DA CF/1988).....	123

→ GEOGRAFIA - ENERGIA NO BRASIL.....	124
→ POLÍTICA E DESIGUALDADE REGIONAL	125
→ URBANIZAÇÃO BRASILEIRA.....	125
→ DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	129
→ GABARITO 	131

SAÚDE 133

→ DIREITO SANITÁRIO E SAÚDE - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS (ARTS. 1º A 3º DA LEI Nº 8.080/1990).....	133
→ DISPOSIÇÃO PRELIMINAR E DOS OBJETIVOS E ATRIBUIÇÕES (ARTS. 4º A 6º DA LEI Nº 8.080/1990)	133
→ DOS PRINCÍPIOS E DIRETRIZES (ART. 7º DA LEI Nº 8.080/1990).....	134
→ DA COMPETÊNCIA E DAS ATRIBUIÇÕES (ARTS. 15 A 19 DA LEI Nº 8.080/1990).....	135
→ DOS SUBSISTEMAS (ARTS. 19-A A 19-U DA LEI Nº 8.080/1990).....	135
→ DOS SERVIÇOS PRIVADOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE (ART. 20 A 26 DA LEI Nº 8.080/1990).....	136
→ EDUCAÇÃO EM SAÚDE	136
→ POLÍTICA NACIONAL DE HUMANIZAÇÃO - HUMANIZA SUS	137
→ VACINAÇÃO E IMUNIZAÇÃO.....	138
→ EPIDEMIOLOGIA E VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	138
→ ENFERMAGEM - COMISSÃO DE CONTROLE E INFECÇÃO HOSPITALAR (CCIH)	139
→ PROCESSAMENTO DE ARTIGOS E PRODUTOS DE SAÚDE	139
→ MEDIDAS DE PREVENÇÃO E PRECAUÇÃO DE CONTATO	140
→ GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS NOS SERVIÇOS DE SAÚDE	141
→ INFECÇÕES NO CONTEXTO DA BIOSSEGURANÇA.....	142
→ EPIDEMIOLOGIA E VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	143
→ PROMOÇÃO À SAÚDE E PREVENÇÃO DE AGRAVOS.....	146
→ IMUNIZAÇÃO	147
→ INFECÇÕES SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS (ISTS)	149
→ DOENÇAS VIRAIS DE INTERESSE EPIDEMIOLÓGICO (COVID, INFLUENZA, SARAMPO, POILO ETC)	149
→ DOENÇAS BACTERIANAS E FÚNGICAS (TUBERCULOSE, TÉTANO, CANDIDÍASE ETC).....	150
→ ARBOVIROSES E DOENÇAS TRANSMITIDAS POR VETORES (DENGUE, ZIKA, MALÁRIA, FEBRE AMARELA ETC).....	152
→ DOENÇAS PARASITÁRIAS E ZOONOSES	153
→ ACIDENTE VASCULAR CEREBRAL (AVC).....	153
→ INFARTO AGUDO DO MIOCÁRDIO (IAM).....	153
→ ARRITMIAS AGUDAS (FIBRILAÇÃO VENTRICULAR, TAQUICARDIA VENTRICULAR)	154
→ LESÃO RENAL AGUDA (LRA)	154
→ DOENÇAS CARDIOVASCULARES E METABÓLICAS CRÔNICAS (DIABETE, HIPERTENSÃO, ICC ETC).....	155
→ DOENÇAS RESPIRATÓRIAS CRÔNICAS (ASMA, DPOC)	156
→ DOENÇAS NEUROLÓGICAS DEGENERATIVAS (PARKINSON, ALZHEIMER).....	157
→ DOENÇAS RENAIIS E HEMATOLÓGICAS CRÔNICAS.....	157
→ GABARITO 	157

SAÚDE

→ DIREITO SANITÁRIO E SAÚDE - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS (ARTS. 1º A 3º DA LEI Nº 8.080/1990)

1. (FGV – 2023) As ações em Saúde do Trabalhador, previstas na Constituição Federal de 1988 estão regulamentadas

- pela Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde (Lei Orgânica da Saúde).
- pelo Capítulo V da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que dispõe sobre Saúde e Segurança no Trabalho.
- pelo Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999, que dispõe sobre o regulamento da seguridade social.
- pela Portaria nº 3.214, de 08 de junho de 1978, que aprova as Normas Regulamentadoras – NR – do Capítulo V, Título II, da Consolidação das Leis do Trabalho, relativas à Segurança e Medicina do Trabalho.
- Pelas Normas Regulamentadoras nº 4 (NR-4) e nº 7 (NR-7), que dispõem, respectivamente, sobre os Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho (SESMT) e sobre o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO).

→ DISPOSIÇÃO PRELIMINAR E DOS OBJETIVOS E ATRIBUIÇÕES (ARTS. 4º A 6º DA LEI Nº 8.080/1990)

2. (FGV – 2023) A possibilidade de participação da iniciativa privada está prevista na Lei Orgânica da Saúde – Lei nº 8080/1990.

De acordo com essa lei, a iniciativa privada poderá participar do Sistema Único de Saúde em caráter

- total.
- essencial.
- primordial.
- permanente.
- complementar.

3. (FGV – 2023) Com base nas disposições legais acerca do Sistema Único de Saúde – SUS é correto afirmar que

- o dever do Estado de garantir a saúde consiste essencialmente na formulação de políticas sociais que visem reduzir o risco de doenças.
- uma das atribuições do SUS é a assistência ao trabalhador vítima de acidentes de trabalho ou portador de doença profissional e do trabalho.
- a presença de um acompanhante junto à parturiente durante o trabalho de parto fica a critério da instituição e deve ser autorizada pelo médico assistente.

- mesmo não podendo participar diretamente dos Conselhos de Saúde, as populações indígenas podem ser representadas pela União, Estados ou Municípios.
- é facultado à iniciativa privada observar os princípios éticos e as normas expedidas pelo órgão de direção do SUS quanto às condições para seu funcionamento.

4. (FGV – 2022) A partir do que dispõe a legislação federal sobre os direitos e garantias dos usuários do SUS, é correto afirmar que:

- é direito líquido e certo do usuário do SUS o acesso a medicamentos não registrados na Anvisa, desde que a prescrição ocorra por profissional médico vinculado ao SUS;
- a Relação Nacional de Medicamentos e os Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas aprovados pelo SUS têm caráter exemplificativo, ou seja, indicam um rol mínimo de fármacos que o SUS deve adquirir e ofertar;
- o usuário do SUS tem a garantia de custeio de seu tratamento em unidade privada de saúde no caso de negativa de atendimento em emergências de unidades públicas de saúde;
- é obrigação do SUS em relação aos seus usuários a oferta de assistência terapêutica integral, inclusive farmacêutica.

5. (FGV – 2022) A Lei nº 8.080/90 trata das condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.

De acordo com tal lei, o Sistema Único de Saúde (SUS) é constituído pelo conjunto de ações e serviços de saúde, prestados por órgãos e instituições

- públicas federais, estaduais e municipais, da Administração direta e indireta, sendo vedada a participação da iniciativa privada no SUS, ainda que em caráter complementar.
- públicas federais, estaduais e municipais, da Administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo Poder Público, sendo que a iniciativa privada poderá participar do SUS em caráter complementar.
- públicas federais, estaduais e municipais, da Administração direta, excluídas as instituições de controle de qualidade, pesquisa e produção de insumos, medicamentos, inclusive de sangue e hemoderivados, e de equipamentos para saúde.
- privadas e públicas federais, estaduais e municipais, da Administração direta e indireta, excluídas as instituições de controle de qualidade, pesquisa e produção de insumos, medicamentos, inclusive de sangue e hemoderivados, e de equipamentos para saúde.
- privadas, em caráter solidário, e públicas federais, estaduais e municipais, da Administração direta, excluídos os entes da Administração Indireta e as instituições de controle de qualidade, pesquisa e produção de insumos, medicamentos, inclusive de sangue e hemoderivados, e de equipamentos para a saúde.

6. (FGV – 2022) A assistência às pessoas por intermédio de ações de promoção, proteção e recuperação da saúde, com a realização integrada das ações assistenciais e das atividades preventivas, corresponde a um(a):

- a) preceito do SUS;
- b) atribuição do SUS;
- c) diretriz do SUS;
- d) princípio do SUS;
- e) objetivo do SUS.

7. (FGV – 2022) No Sistema Único de Saúde, as ações de proteção compreendem:

- a) controle social;
- b) vigilância epidemiológica;
- c) capacitação continuada das equipes;
- d) serviços de reabilitação;
- e) diagnóstico precoce.

8. (FGV – 2022) Leia o fragmento a seguir.

“Entre os objetivos do Sistema Único de Saúde – SUS está a identificação e a _____ dos fatores _____ e _____ da saúde.”

Assinale a opção cujos itens completam corretamente as lacunas do fragmento acima.

- a) definição – determinantes – prejudiciais.
- b) divulgação – condicionantes – determinantes.
- c) resolução – concorrentes – suplementares.
- d) indicação – condicionantes – modificadores.
- e) promoção – influenciadores – benéficos.

→ DOS PRINCÍPIOS E DIRETRIZES (ART. 7º DA LEI Nº 8.080/1990)

9. (FGV – 2024) Yolanda, uma imigrante viúva de 20 anos, chegou, há 4 meses, a uma cidade do interior de São Paulo junto com sua filha de 4 anos de idade. Alertada sobre a importância de vacinar sua filha, procurou a Unidade Básica de Saúde (UBS). Ao ser atendida, o profissional de saúde solicitou seus documentos e, ao constatar que ela e a filha eram imigrantes ilegais, dispensou-as sem realizar a vacinação da criança.

Considerando os princípios, as diretrizes e a estrutura organizacional do SUS, ao proceder dessa forma, o profissional de saúde despreza o princípio de

- a) longitudinalidade do cuidado.
- b) integralidade.
- c) universalidade.
- d) regionalização.
- e) hierarquia.

10. (FGV – 2023) O Sistema Único de Saúde - SUS é constituído pelo conjunto de ações e serviços de saúde, prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, da administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo poder público.

As opções a seguir apresentam princípios organizativos e doutrinários que estão de acordo com a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que institui o SUS, à exceção de uma. Assinale-a.

- a) Universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência.
- b) Integralidade de assistência.

- c) Centralização político-administrativa com direção única em cada esfera de governo.
- d) Conjugação dos recursos financeiros, tecnológicos, materiais e humanos da união dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios na prestação de serviços de assistência à saúde da população.
- e) Participação da comunidade.

11. (FGV – 2022) Sobre as diretrizes de organização do Sistema Único de Saúde (SUS), é correto afirmar que:

- a) a descentralização político-administrativa do SUS deve ser executada com a oferta de serviços de hospitais federais em todos os Estados brasileiros e no Distrito Federal, observada a priorização do atendimento em municípios com índices de maior vulnerabilidade socioeconômica;
- b) a regionalização e a hierarquização da rede de serviços de saúde são essenciais à descentralização político-administrativa do SUS, uma vez que os serviços nas unidades de saúde devem seguir diretrizes de distribuição no espaço territorial e em níveis de complexidade crescente;
- c) a diretriz de regionalização dos serviços do SUS consiste na adequada distribuição do atendimento em níveis de complexidade crescente (atenção primária, secundária e terciária);
- d) a participação social dos usuários do SUS tem como principal expressão a atuação das Defensorias Públicas e das Ouvidorias do SUS na defesa do direito à saúde dos cidadãos usuários do sistema.

12. (FGV – 2022) A redemocratização política no Brasil traz para o âmbito da Saúde a participação de novos sujeitos sociais e a introdução de uma nova concepção de Saúde, que assume uma dimensão

- a) empresarial.
- b) universalista.
- c) focalizada.
- d) gerencialista.
- e) técnica.

13. (FGV – 2022) Quando um serviço de saúde gerido pela esfera estadual passa a ser responsabilidade da gestão municipal, está se colocando em prática o seguinte princípio do Sistema Único de Saúde (SUS):

- a) igualdade;
- b) universalidade;
- c) regionalização;
- d) descentralização;
- e) hierarquização.

14. (FGV – 2022) O conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema é um dos princípios do Sistema Único de Saúde.

Esse princípio é denominado

- a) universalidade de acesso.
- b) integralidade de assistência.
- c) igualdade da assistência à saúde.
- d) direito à informação.
- e) participação da comunidade.

15. (FGV – 2022) Em relação aos princípios do Sistema Único de Saúde, avalie as afirmativas a seguir.

I. Integralidade de assistência, entendida como um conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema.

II. Preservação da autonomia das pessoas na defesa de sua integridade física e moral.

III. Centralização político-administrativa, com direção única no governo federal para conferir eficiência ao Sistema Único de Saúde.

Está correto apenas o que se afirma em

- a) I.
- b) II.
- c) II e III.
- d) I e II.
- e) I e III.

→ **DA COMPETÊNCIA E DAS ATRIBUIÇÕES (ARTS. 15 A 19 DA LEI Nº 8.080/1990)**

16. (FGV – 2022) A partir do que dispõe a jurisprudência dos Tribunais Superiores sobre o direito à saúde e o Sistema Único de Saúde, é correto afirmar que:

- a) os entes públicos não podem ser obrigados pelo Judiciário a fornecer medicamentos experimentais, excetuadas as hipóteses de doenças raras;
- b) os entes federados devem ofertar serviços de saúde conforme repartição de competências prevista na Lei nº 8.080/1990, razão pela qual não podem ser considerados solidários nas demandas judiciais prestacionais que envolvam saúde;
- c) as demandas judiciais que objetivam fornecimento de medicamentos sem registro na Anvisa deverão necessariamente ser propostas em face da União;
- d) a concessão dos medicamentos não incorporados em atos normativos do SUS exige a comprovação da hipossuficiência financeira do demandante, ou seja, ele deve provar ser pessoa de baixa renda

17. (FGV – 2022) Uma das competências da direção municipal do Sistema Único de Saúde (SUS) é

- a) controlar os procedimentos de interesse para a saúde.
- b) coordenar as ações de vigilância epidemiológica.
- c) definir e coordenar os sistemas de Vigilância Sanitária.
- d) formular e avaliar as políticas de alimentação e nutrição.
- e) gerir laboratórios públicos de saúde e hemocentros.

18. (FGV – 2022) Em 1990 foi sancionada a Lei nº 8.080, conhecida por Lei Orgânica da Saúde.

Nessa legislação está estabelecida de forma clara a atribuição/competência da esfera estadual do Sistema Único de Saúde (SUS) de

- a) identificar os serviços estaduais e municipais de referência nacional para o estabelecimento de padrões técnicos de assistência à saúde;
- b) coordenar e participar na execução das ações de vigilância epidemiológica;
- c) controlar e fiscalizar os procedimentos dos serviços privados de saúde;
- d) executar, no âmbito municipal, a política de insumos e equipamentos para a saúde;
- e) promover a descentralização para os Municípios dos serviços e das ações de saúde.

→ **DOS SUBSISTEMAS (ARTS. 19-A A 19-U DA LEI Nº 8.080/1990)**

19. (FGV – 2023) Em relação à política de atenção à saúde dos povos indígenas no Brasil, analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

() É dever do Estado construir a Política Setorial de Saúde Indígena, no contexto do Sistema Único de Saúde.

() Além de promover a interação entre a medicina indígena e a ocidental, deve-se valorizar as práticas da medicina tradicional indígena, reconhecendo e respeitando seu conhecimento.

() Deve-se contestar a incorporação dos pajés e das parteiras indígenas, como categorias profissionais, ao Sistema de Saúde.

As afirmativas são, respectivamente,

- a) V – F – F.
- b) V – F – V.
- c) F – V – V.
- d) V – V – F.
- e) F – F – V.

20. (FGV – 2023) O Subsistema de Atenção à Saúde Indígena deverá ser, como o SUS, descentralizado, hierarquizado e regionalizado, e terá como base os(as):

- a) hospitais do SUS;
- b) Distritos Sanitários Especiais Indígenas;
- c) Unidades de Pronto Atendimento localizadas nas aldeias;
- d) Reservas Indígenas;
- e) postos de saúde mais próximos da localidade.

21. (FGV – 2022) Com relação à Lei nº 10.424/2002, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento de serviços correspondentes e regulamentando a assistência domiciliar no Sistema Único de Saúde, marque V para afirmativa verdadeira e F para falsa.

() Na modalidade de assistência de atendimento e internação domiciliares incluem-se, principalmente, os procedimentos médicos, de enfermagem, fisioterapêuticos, psicológicos e de assistência social, entre outros necessários ao cuidado integral dos pacientes em seu domicílio.

() O atendimento e a internação domiciliares serão realizados por equipes multidisciplinares que atuarão nos níveis da medicina preventiva, terapêutica e reabilitadora.

() O atendimento e a internação domiciliares poderão ser realizados por indicação de qualquer profissional de saúde, com concordância facultativa do paciente e expressa de sua família.

As afirmativas são respectivamente

- a) V – V – F.
- b) V – V – V.
- c) F – V – V.
- d) F – F – V.
- e) F – F – F.

22. (FGV – 2022) De acordo com a Lei nº 8080/1990, as comissões intersetoriais de âmbito nacional são subordinadas ao Conselho Nacional de Saúde, e possuem “a finalidade de articular políticas e programas de interesse para a saúde, cuja execução envolva áreas não compreendidas no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).”

A articulação das políticas e programas a cargo das comissões intersetoriais abrangerá, em especial,

- a) o monitoramento de surtos e endemias.
- b) a gestão da atenção primária.